

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.420 - MG (2020/0267483-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : NEUZAN OLIVEIRA DE AZEVEDO  
**ADVOGADO** : MARCIO AURELIO FERREIRA PESSOA E OUTRO(S) -  
MG171246  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por NEUZAN OLIVEIRA DE AZEVEDO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO  
APOSENTADORIA POR IDADE TRABALHADOR  
RURAL AUSENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL  
RECURSO REPETITIVO RESP N 1352721SP AÇÕES  
PREVIDENCIÁRIAS EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM  
RESOLUÇÃO DO MÉRITO 1 A CONCESSÃO DO  
BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE EXIGE A  
DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO RURAL  
CUMPRINDOSE A CARÊNCIA PREVISTA NO ART 142  
DA LEI DE BENEFÍCIOS MEDIANTE INÍCIO RAZOÁVEL  
DE PROVA MATERIAL CORROBORADA COM PROVA  
TESTEMUNHAL OU PROVA DOCUMENTAL PLENA  
EXIGESE SIMULTANEAMENTE IDADE SUPERIOR A 60  
ANOS PARA HOMEM E 55 ANOS PARA MULHER (ART  
48 § 1º DA MESMA LEI) 2 NO CASO DOS AUTOS  
EMBORA A PARTE AUTORA TENHA COMPLETADO A  
IDADE PARA APOSENTADORIA NÃO APRESENTOU  
INÍCIO DE PROVA MATERIAL CAPAZ DE  
COMPROVAR O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL  
SOB O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR POR TEMPO  
SUFICIENTE À CARÊNCIA E AUSENTE O INÍCIO DE  
PROVA MATERIAL A PROVA TESTEMUNHAL  
PRODUZIDA NÃO PODE SER EXCLUSIVAMENTE  
ADMITIDA PARA RECONHECER O TEMPO DE  
EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA E RURAL (STJ  
SÚMULA 149 E TRF1 SÚMULA 27) O PEDIDO POR ESSE  
FUNDAMENTO NÃO PODE SER ACOLHIDO 3 POR  
OUTRO LADO SEGUNDO A NOVA ORIENTAÇÃO  
JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA EM RECENTE JULGAMENTO SUBMETIDO À

SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS PARA APLICAÇÃO RESTRITA ÀS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A AUSÊNCIA DE CONTEÚDO PROBATÓRIO EFICAZ A INSTRUIR A INICIAL CONFORME DETERMINA O ART 283 DO CPC IMPLICA A CARÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO IMPONDO A SUA EXTINÇÃO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO (ART 267 IV DO CPC) E A CONSEQUENTE POSSIBILIDADE DE O AUTOR INTENTAR NOVAMENTE A AÇÃO (ART 268 DO CPC) CASO REÚNA OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS A TAL INICIATIVA (RESP N 1352721SP REL MIN NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO CORTE ESPECIAL JULGADO EM 16122015 DJE 2842016) 4 A SENTENÇA PREVIDENCIÁRIA DE UM MODO GERAL É PROFERIDA SECUNDUM EVENTUS LITIS OU SECUNDUM EVENTUM PROBATIONIS PORÉM A ORIENTAÇÃO FIXADA NO REFERIDO REPETITIVO AGREGA A VANTAGEM PROCESSUAL DE AFASTAR EVENTUAL DISCUSSÃO RELATIVA À OCORRÊNCIA OU NÃO DE COISA JULGADA MATERIAL EM CASO DE NOVA AÇÃO 5 PROCESSO EXTINTO DE OFÍCIO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL SUFICIENTE PARA O RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE SEGURADO APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PREJUDICADA.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 48, 49 e 143, todos da Lei n. 8.213/1991, no que concerne ao direito à aposentadoria por idade rural, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Saliento, por oportuno, que conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça não é necessário que os documentos apresentados abranja todo o período de carência, sendo necessário tão somente que este início de prova seja devidamente corroborado pela prova testemunhal, valorando assim o conjunto probatório apresentado (fls. 140).

A decisão de primeiro grau não retrata a verdade sobre a condição de rurícola segurado especial da recorrente, e deve ser modificada. A recorrente comprovou nos autos seu trabalho no campo pelo período superior ao exigido na lei, e as decisões dos Tribunais Superiores vem em desencontro com a decisão da i. Magistrada "a quo", por isso a mesma merece ser reformada.

A decisão proferida pelo i. Desembargador Federal com o devido respeito merece ser atacada. Pois havendo documentos que retrata a condição de segurado especial da recorrente, corroborado pelo depoimento de testemunhas, os Tribunais

Superiores entende ser devido o benefício de aposentadoria por idade rural, valorando assim o conjunto probatório apresentado (fls. 140).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta dissídio jurisprudencial sobre a mesma questão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. Em relação à afronta aos arts. 13 da Lei n. 10.559/2002 e 943 do Código Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do recurso especial”. (AgInt no REsp n. 1.496.338/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 27/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.826.355/RN, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 4/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp n. 1.617.627/RJ, AgInt no AREsp n. 1.617.627/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no REsp n. 1.690.449/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 5/12/2019; AgRg no AREsp n. 1.562.482/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 28/11/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico, que exige a transcrição de trechos dos julgados confrontados, bem como a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência, com a indicação da existência de similitude fática e identidade jurídica entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos

confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ”. (AgInt no REsp n. 1.840.089/CE, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/6/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 1.849.315/SP, relator Ministro Marcos Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1º/8/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.617.771/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 13/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.422.348/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.456.746/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 3/6/2020.

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que “não é admissível a realização do cotejo analítico com súmula, mas apenas com os julgados que a originaram”. (AgInt no REsp 1.681.656/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 27/6/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.293.337/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 29/11/2016; AgInt no AREsp 959.727/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 20/10/2016; e AgRg no AREsp 468.219/RS, relator Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe de 13/6/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente